

Fugindo à formulação de uma divisão regional eclética que servisse a todos os fins, esses estudos caminharam no sentido de elaboração de divisões regionais específicas atendendo a três objetivos.

1 — *Fins Estatísticos*. Tomando-se por base os conceitos e critérios de regiões homogêneas, nesse modelo o espaço homogêneo definido como forma de organização, em torno da produção, foi expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos e permitiu a individualização de áreas que se indentificassem por certa forma de combinações desses fatos dentro de determinado nível de generalização. Dentro de cada Estado, quanto menor o grau de generalização e maior o número de elementos geográficos considerados, menores e mais numerosos foram os espaços diferenciados.

O resultado final desse estudo, documentado em publicação do IBG-*Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas* — apresenta o espaço brasileiro dividido em 361 unidades homogêneas, e serviram de base para tabulação de dados estatísticos a partir do Censo de 1970, em substituição às antigas zonas fisiográficas.

2 — *Fins de Descentralização de Ação Administrativa*. Constituindo o segundo modelo da Divisão Regional do Brasil e tendo por resultado a recente publicação da *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, nesses estudos 718 centros urbanos brasileiros foram hierarquizados a nível nacional.

Estruturando o espaço brasileiro dentro de um esquema de dominância e subordinação, segundo modelo idealizado a partir de conceito formulado por HAGGETT E CHORLEY, esses centros foram classificados em quatro níveis: centros metropolitanos, centros regionais, centros sub-regionais e centros locais.

O principal objetivo dessa classificação das cidades brasileiras foi servir de modelo na orientação da política regionalizada do desenvolvimento e na racionalização do suprimento dos serviços de infra-estrutura urbana, pela distribuição espacial mais adequada desses serviços, introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal favorecendo, assim, à ação administrativa.

3 — *Fins de Planejamento*. Destinados a definir uma divisão regional de modo a oferecer informações básicas às políticas de desenvolvimento econômico, esses estudos, nesse nível, encontram-se ainda em fase preliminar de levantamentos de dados e definição de critérios.

Curso para Orientadoras Pedagógicas da Guanabara

Subordinado ao tema geral “Aspectos da Geografia Econômica do Brasil”, o Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, através do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO), vem de promover mais um Curso para Orientadoras Pedagógicas da Guanabara.

Iniciado em 26 de setembro, com aula do Prof. Ney Strauch, diretor do DEDIGEO, focalizando “A Geografia Econômica e seu Objeto de Estudo”, o Curso foi realizado no Liceu Literário Português, às terças e sextas feiras, com carga horária total de 22 horas, encerrando-se no dia 31 de outubro.

Além da aula inaugural, o Curso desenvolveu os seguintes assuntos: “O Homem e seu papel na vida econômica: A população em suas implicações na vida econômica (a distribuição, composição etária, nível cultural, especialização profissional, tendências da população. Setores de Atividade” — Sonia Alves de Souza; “A organização do espaço econômico: o núcleo e a periferia” — Aluizio Capdeville Duarte; “Estruturas urbanas e as novas formas de relações econômicas (distribuição de bens e prestação de serviços; relações cidade-campo” — Dulce Pinto; “O estágio de desenvolvimento da indústria brasileira. As áreas industriais do País” — Diva de Quina Almeida; “Os espaços agrícolas. A agricultura moderna e a lavoura tradicional. Problemas da agricultura brasileira” — Jane de Abreu Ferro; “Panorama Geral de Mineração no Brasil — aspectos dinâmicos e de estagnação. Os diferentes estágios de extrativismo vegetal através de uma visão regional” — Carlos Goldenberg; “A organização dos transportes e o papel dos portos no desenvolvimento do comércio” — Armely Maricato; “Retrospecto do desenvolvi-

mento econômico do Brasil, através dos tempos” — Maria Francisca Cardoso; “A vida econômica da Guanabara” — Haidine Duarte; “Projeção” (*Slides sobre o tema central, com orientação*) — José Cezar de Magalhães.

Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento para Professores de Geografia — Paranavaí (PR) e Bauru (SP)

O Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO), durante os meses de setembro e outubro do corrente, realizou mais dois cursos de atualização e aperfeiçoamento para professores de geografia, nível superior: no Paraná, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí, de 21 de setembro a 1 de outubro/72 e em São Paulo, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus de Bauru, no período de 16 a 21 de outubro/72.

“Leitura e Interpretação de Cartas foi o tema desenvolvido em ambos os Cursos, sendo as aulas ministradas pelos professores Maria Francisca The-reza Cavalcanti Cardoso e Carlos de Castro Botelho, chefes, respectivamente, do Centro de Cooperação Técnica do DEDIGEO, que organiza os cursos patrocinados pelo IBG, e da Seção de Coordenação Geográfica do Atlas Nacional do Brasil, DEGEO.

Aerolevantamentos Regulamentados

O Presidente Médici baixou decreto, n.º 71.267 de 25 de outubro de 1972, regulamentando o Decreto-Lei número 1.177 de 21 de junho de 1971 que dispõe sobre aerolevantamentos no território nacional.

O documento presidencial que regulamenta os levantamentos aéreos está dividido em 33 artigos distribuídos em nove capítulos sobre *finalidade* do Regulamento; *conceituação* de aerolevantamento; *execução*; *habilitação* para realizar aerolevantamentos; *controle* e *fiscalização*; *guarda*, *conservação* e *utilização* dos produtos de aerolevan-

tamentos; *classificação* do grau de sigilo; *sanções*, e *disposições finais* e *transitórias*.

Todo o texto do Decreto n.º 71.267, bem como as Instruções Reguladoras do Estado-Maior das Forças Armadas (Portaria n.º 02, FA-10-226, de 12-12-72). D.O. de 19-12-72, serão publicados nos próximos números do *Boletim Geográfico* na Seção de Legislação.

Álbum da carta do Brasil ao Milionésimo — Lançamento

Com a entrega do primeiro exemplar ao Presidente Garrastazu Médici, pelo Ministro Reis Velloso, do Planejamento, presente o Professor Isaac Kerstenetzky, Presidente da Fundação IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia vem de lançar, em novembro de 1972, o *Album da Carta do Brasil ao Milionésimo*, em edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Tratando-se do documento mais completo e atualizado do País, no gênero, o *Album* vem tendo ampla aceitação, especialmente, em áreas de atividades ligadas a estudos em alto nível, pesquisas e planejamento.

Compõe-se a nova publicação do IBG, de 46 folhas, elaboradas de acordo com especificações técnicas internacionais, adotadas em Bonn e, com base em farto material informativo, criteriosamente selecionado, resultante de levantamentos e documentação recentes dos quais faz parte rigor obtido através da execução pelo IBG de diferentes programas de mapeamento nacional nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000, do recobrimento de mais de 50% do País em 1:60.000 por projetos da USAF, e os resultados do RADAM.

O *Album da Carta do Brasil ao Milionésimo* poderá ser adquirido diretamente na loja de vendas de publicações do IBG — Av. Beira Mar, 436, ou por pedido, ao preço de Cr\$ 250,00.

Dicionário Geológico-Geomorfológico

Acaba de ser editada a 4.ª edição do *Dicionário Geológico-Geomorfológico* da autoria do Professor Antônio Teixeira Guerra.